

OLERICULTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: IMPACTOS DA ATIVIDADE NAQUELE ESPAÇO GEOGRÁFICO

Andrei Stock

RESUMO: A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. O grande salto mundial tanto em termos de população como na produção e no consumo nos últimos cinquenta anos, evidencia a insustentabilidade do modelo capitalista de consumo frente à natureza. Tais curvas se identificam claramente com a expansão do sistema capitalista neoliberal. Os estados adeptos desta política econômica deixaram de ter o papel centralizador das instituições, de gestão e de integração social, para serem indutores de crescimento e competitividade, enfraquecendo os direitos sociais, ambientais e destruindo as coletividades públicas. O território surgiu como uma nova unidade de governança, situada entre a escala local e a escala nacional, representa uma possibilidade de resposta articulada entre o setor público e a sociedade civil para enfrentar as causas do subdesenvolvimento. A olericultura surge como uma alternativa para o desenvolvimento do campo, em especial para a agricultura familiar, pois pode proporcionar bons resultados em pequenas áreas de cultivo e a demanda de mercado é crescente. Na região do Alto Vale do Itajaí, em especial nas cidades de Ituporanga, Aurora, Atalanta, Petrolândia, Chapadão do Lageado e Alfredo Wagner a olericultura é baseada no monocultivo da cebola. Nos últimos anos esse monocultivo tem causado diversos problemas, desde os ocasionados pelo uso excessivo de agrotóxicos, causando danos a saúde e degradação ambientais, degradação do solo, contaminação dos mananciais, e também problemas sociais, tais como, o êxodo rural.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, Modelo capitalista, Subdesenvolvimento, Alto Vale do Itajaí.

1. Introdução

O propósito deste artigo é trazer conceitos de espaço e território contextualizando junto ao modelo capitalista liberal da atualidade com a visão dos autores sobre a questão catarinense e em especial a olericultura no Alto Vale do Itajaí com os problemas encontrados no monocultivo da cebola.

Está dividido em cinco tópicos, o primeiro aborda o espaço geográfico e seu contexto no modelo capitalista, o segundo aborda o território como nova unidade de governança, já o terceiro trata da questão catarinense e dos problemas observados nas várias regiões de Santa Catarina, por fim, o quarto e quinto tópicos tratam especificamente da Olericultura no Alto Vale do Itajaí, apresentando um breve histórico das culturas agrícolas empreendidas

naquele espaço geográfico até os dias atuais onde a cebola se apresenta como a principal cultura desenvolvida.

2. O espaço geográfico e seu contexto no modelo capitalista.

Segundo Correa, 1995, p 15, a palavra espaço é de uso corrente, sendo utilizada no dia a dia como nas diversas ciências. São diversos os conceitos sobre espaço. A geografia tradicional, que se estende pelo período de 1870 à década de 1950, privilegiou os conceitos de paisagem e região. A abordagem espacial associada à localização das atividades humanas e aos fluxos era secundária. O espaço não se constitui em um conceito chave na geografia tradicional, mas está presente na obra de Ratzel e de Hartshorne. O espaço de Ratzel é visto como base indispensável à vida humana, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial de sua história. Hartshorne possui uma visão de espaço absoluto, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer outra coisa. A geografia constituir-se na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a história, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão tempo. O espaço de Hartshorne aparece como receptáculo que apenas contém as coisas.

A revolução teórico-quantitativa, baseada no positivismo lógico da década de 50, adotou para a geografia a visão epistemológica da ciência, sendo unidade calcada nas ciências da natureza. A geografia passa a ser considerada ciência social e o espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como conceito chave da disciplina. O espaço é considerado sob duas formas não mutuamente excludentes, de um lado a planície isotrópica, onde o ponto de partida é a homogeneidade, e de outro lado a sua representação matricial.

Na década de 70 surge à geografia crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética. Trata-se de uma revolução que procura romper de um lado com a geografia tradicional e de outro com a geografia teórico-quantitativa. O espaço continua sendo conceito chave, tendo se constituído em tema central para geógrafos neomarxistas.

Segundo Correa, 1995, p 23, o espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henri Lefévre. Em seu Espaço e Política argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma

lógica, de um sistema. (Lefébvre, 1976, p 25). Segundo Lefébvre, o espaço é lócus da reprodução das relações sociais de produção.

Segundo Santos, 1992, p. 49, um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação.

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto novos como velhos) assumem novas funções, a totalidade da mudança cria uma nova organização espacial.

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. A paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.

Os conceitos de forma, função e estrutura podem ser usados como categorias primárias na compreensão da atual organização espacial, contudo é impossível analisar uma área limitando-se a um desses conceitos. É necessário avaliar o conjunto e ao avaliar as contribuições de um conjunto de fatores não se pode ignorar a ação e reação de uns sobre os outros. A interação entre esses conceitos, através da acumulação de tempo histórico, permite que possamos verificar e compreender a atual organização espacial empreendida pela humanidade.

Segundo Santos, 1992, p 144, a totalidade do real, implicando em processo comum de estrutura, função e forma é uma totalidade concreta e dialética. Só o uso simultâneo destas quatro categorias nos permitirá aprender a totalidade de seu movimento, pois nenhuma dessas categorias existe separadamente. Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes.

Santos, nos passa a definição de forma, como sendo o aspecto visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetos um padrão. A definição de função sugere uma

tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Já estrutura implica o modo de organização ou construção com a inter-relação das partes de um todo, e processo pode ser definido como uma ação contínua em direção a um resultado, implicando conceitos de tempo e mudança.

A sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos de acordo com cada período histórico, o tempo (processo) é propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, é ele que indica o movimento do passado ao presente.

E face à durabilidade das formas, a paisagem converte-se em legado ao futuro. A paisagem vai se modificando de acordo com o tempo e as interações com a humanidade, assim em algum ponto do tempo a paisagem consiste de camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos.

Segundo Santos, 1992, p 156, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único, no qual a história se dá.

No mundo capitalista, sobretudo desde o aprofundamento do neoliberalismo nos últimos 30 anos, a visão é cartesiana, e reforça a separação entre sujeito e objeto, sociedade e espaço, homem e natureza. A natureza é vista pelo homem como objeto para este atingir o fim que desejar. Homens exploram os recursos naturais e também seus semelhantes no que chamamos paradigma da degradação.

O modelo dominante da sociedade atual provoca intensas e aceleradas metamorfoses no espaço; conseqüentemente, as relações de vida das pessoas também são atingidas por esse processo. Ou seja, para analisar e compreender as raízes dos problemas ambientais da atualidade ou da qualidade ambiental de determinado espaço, é necessário buscá-las no modo de produção e na sua história. Nesse sentido, as questões ambientais da sociedade não se apresentam de forma individualizada e ou isolada, mas como resultado de um processo: por isso não podem ser buscadas apenas no ambiente em si ou explicadas com base em situações isoladas, mas na história e no estilo de vida da sociedade, considerando os aspectos físicos, culturais, políticos e, principalmente econômicos criados pela humanidade num certo momento e em determinado espaço, interligados pela conjuntura do modo de produção. (Marchesan, 2007, p 131)

Segundo Marchesan, 2007, p 132, os problemas ambientais são complexos e para compreendê-los é necessário contextualizá-los em relação ao modo de produzir, distribuir, consumir.

As curvas ascendentes nos gráficos de população, produção e consumo, principalmente nos últimos cinquenta anos, evidenciam a insustentabilidade do modelo capitalista de consumo frente à natureza. Tais curvas se identificam claramente com a expansão do sistema capitalista neoliberal.

O neoliberalismo, como política dos países dominantes, foi propulsor do processo de globalização, e assim como este, deve ser entendido como processo, não um estado final. A globalização foi sua consequência pela necessidade de acelerar a circulação de capital e recursos produtivos. Os estados adeptos desta política econômica deixaram de ter o papel centralizador das instituições, de gestão e de integração social, para serem indutores de crescimento e competitividade, enfraquecendo os direitos sociais, ambientais e destruindo as coletividades públicas.

3. O território como uma nova unidade de governança.

O território surgiu como uma nova unidade de governança, situada entre a escala local e a escala nacional, representa uma possibilidade de resposta articulada entre o setor público e a sociedade civil para enfrentar as causas do subdesenvolvimento. O desenvolvimento territorial favorece a emergência de valores universalistas, baseados na identidade de culturas e territórios, reforçam a coesão social, vínculos de proximidade e de solidariedade comunitárias. Viabiliza a promoção da equidade, do respeito à diversidade, da solidariedade, da justiça social, do sentimento de pertencimento e de inclusão social.

O desafio colocado aos planejadores do desenvolvimento territorial consiste em trazer as reflexões e orientações utilizadas na elaboração de um projeto em ações concretas, que possibilitem um suporte para a construção de saberes passíveis de serem concretizados e competências adaptadas a tais objetivos.

A criação de competências depende do processo de aprendizagem, este por sua vez deve ser livre de coações, a mobilização depende do processo de construção do próprio projeto. Uma das maneiras de gerir as diversas contradições que surgem nesses processos é desenvolver as competências coletivas, que são as únicas capazes de transformar as situações características do subdesenvolvimento em novas oportunidades sócio-econômicas.

É necessário encontrar um novo equilíbrio entre o capital humano, natural, físico e financeiro. Só com a modificação do comportamento econômico, ambiental e socialmente

destrutivo será possível proporcionar a todos os habitantes do planeta uma sobrevivência decente.

Sachs, 1993, p 24, aborda as cinco dimensões do ecodesenvolvimento, a sustentabilidade social, orientada por uma visão do que é a boa sociedade, a sustentabilidade econômica, possibilitada por uma alocação mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular dos investimentos públicos e privados, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade espacial, voltada a uma configuração rural-urbana, mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas e a sustentabilidade cultural, que privilegia os processos de mudança com a continuidade cultural, respeitando as especificidades de cada local, cultura e ecossistema.

Segundo Sachs, 1993, p 29, as mudanças fundamentais para promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentável incluem o envolvimento e participação da população rural, a descentralização, elevando o status e a capacidade de gestão das comunidades locais, o estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais e o investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais.

4. A questão catarinense

O estado de Santa Catarina historicamente possui uma ocupação de território diferenciada em relação à realidade brasileira, primeiramente pela ocupação de seu litoral por imigrantes europeus que buscaram aqui não a constituição de uma colônia de exploração, mas que fizeram do estado seu novo lar. Já no início do século XX vimos um segundo movimento migratório oriundo do Rio Grande do Sul com a ocupação principalmente do oeste catarinense, transformando suas florestas em terras de cultivo agrícola e de exploração pecuária.

Tanto no litoral quanto no interior do estado, os geossistemas catarinenses foram pouco observados, ou totalmente ignorados, como resultado principal ficam evidentes os problemas ambientais causados pela ocupação humana, seja pela exploração intensiva da criação agropecuária no oeste, com o desmatamento, a contaminação de fontes de recursos hídricos e o agravamento dos fenômenos de seca, seja através da ocupação desordenada no Vale do Itajaí que causa mortes e problemas econômicos devido a cheias e deslizamentos. Na região serrana, vemos os campos sendo utilizados para o monocultivo

de pinus por grandes corporações que arrasam a vegetação nativa e as características históricas e culturais, levando ao aumento das desigualdades sociais e as mazelas da pobreza. Na região Sul, vemos os problemas ambientais da exploração sem limites do carvão mineral.

Contudo Santa Catarina possui peculiaridades capazes de contrapor alguns destes problemas. A iniciar pelo campo, sua área rural historicamente possui predomínio de pequenas propriedades de agricultura familiar, com gestão familiar, onde predomina a interação entre a gestão e o trabalho; as cidades, com um padrão preponderante de cidades menores e sem uma grande concentração demográfica; e principalmente a questão do desenvolvimento humano, com especial atenção para a educação.

Empreendimentos associativos, em especial agroecológicos, na área rural, têm demonstrado potenciais tanto na área turística como na produção de alimentos. A participação de agricultores em arranjos produtivos, através de associações, cooperativas, entidades de classe dentre outras formas, possibilita que, em conjunto, famílias de agricultores obtenham ganhos de escala e diminuição de custos de produção.

A criação de associações de agricultores com fins específicos em determinadas atividades tem possibilitado uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias, sendo socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável, espacialmente sustentável e também culturalmente sustentável. Podemos citar o projeto Acolhida na colônia, criada no Brasil em 1999, trata-se de uma associação que reúne cerca de 180 famílias de agricultores integrada a rede Accueil Paysan, existente na França desde 1987, desenvolvendo o turismo rural de maneira sustentável, com o compartilhamento do modo de vida, história, cultura e a produção rural com promoção da agricultura orgânica. Também a AGRECO, associação de produtores agroecológicos localizada em Santa Rosa de Lima, que demonstra que gestão e sustentabilidade ambiental podem caminhar lado a lado.

5. Olericultura no Alto Vale do Itajaí

A olericultura é a área da horticultura que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas.

Segundo a Epagri, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a característica mais marcante da olericultura é o fato de ser uma atividade

agroeconômica altamente intensiva, em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas extensivas. Sua exploração econômica exige alto investimento na área trabalhada, em termos físicos e econômicos. Em contrapartida, possibilita a obtenção de elevada produção física e de alto rendimento bruto e líquido por hectare cultivado e por hectare/ano. Outras características importantes nos empreendimentos são a intensa utilização de tecnologias modernas, em constante mudança, e o reduzido tamanho da área ocupada, porém, intensivamente utilizada, tanto no espaço quanto no tempo. Há de se considerar a olericultura como sendo uma atividade econômica de alto risco para o produtor rural, em virtude da maior ocorrência de problemas fitossanitários, maior sensibilidade às condições climáticas e instabilidade de preços praticados na comercialização.

A olericultura é uma alternativa para a agricultura familiar, pois pode proporcionar bons resultados em pequenas áreas de cultivo e, a demanda de mercado é crescente. Por outro lado, é uma atividade intensiva em mão de obra, capital e insumos externos como sementes, adubos químicos e agrotóxicos que impactam na rentabilidade das atividades e na qualidade dos produtos ofertados. O monitoramento da ANVISA, relatório de 2010, apontou que 30 % das amostras analisadas apresentam alguma inconformidade quanto a resíduos de agrotóxicos. Considerando o exposto, o programa visa promover conhecimentos e inovações tecnológicas para a produção rentável, mais limpa e segura de hortaliças, através de ações de pesquisa e extensão organizadas em projetos centrados nos princípios da sustentabilidade. (Epagri, 2015, p 13)

Na história dos municípios situados no Vale do Itajaí do Sul, ocorreram ciclos econômicos ligados a diversas culturas agrícolas. Na década de 50 houve o ciclo da mandioca, seguido da fumicultura e suinocultura e que foram sucedidos pela batata.

A cultura da batata tinha proporcionalmente grande área plantada na década de 50 e 60. Entretanto, devido a problemas fitossanitários e a queda de preços, a cultura foi praticamente abandonada, restando atualmente pequenas áreas marginais. Essa cultura cedeu então seu espaço para a cebolicultura.

Na região do Alto Vale do Itajaí, em especial nas cidades de Ituporanga, Aurora, Atalanta, Petrolândia, Chapadão do Lageado e Alfredo Wagner a olericultura é baseada quase que exclusivamente na cultura da cebola. As razões que possibilitaram o aumento de área cultivada com cebola foram várias, entre as quais se salientam a introdução de corretivos de solo e adubos de síntese industrial. A cebola que era cultivada em pequenas

áreas com adubação orgânica e no sistema de rotação de culturas, teve um aumento na área média e intensificou-se o monocultivo.

Segundo a Epagri, 2015, p 15, a melhoria dos cultivares com a fixação de algumas características agrônômicas e comerciais desejadas e o uso de agrotóxicos, também, reforçaram o ganho de quantidade produzida por unidade de área. Paralelamente a isto, outros fatores também contribuíram para o crescimento de área cultivada. Por exemplo, os baixos preços praticados pelo mercado para feijão, fumo em outras culturas junto com a rentabilidade econômica da cultura, contribuíram para incrementar a área plantada com cebola no estado nos últimos vinte anos.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercambio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção.

Segundo Boeing, 1995, p 14, com a criação e implantação do Mercosul, o mercado produtor de cebola da Argentina passou ofertar o produto em maior volume no mercado brasileiro, no período de março a setembro. A entrada de um novo competidor alterou completamente o cenário, gerando mudanças e a modernização do setor.

6. OS PROBLEMAS NO TERRITÓRIO RELACIONADOS AO MONOCULTIVO DA CEBOLA

A adoção de muitas tecnologias ditas modernas, como o uso de herbicidas e moto mecanização aumentaram significativamente a produtividade de cebola, elevando a rentabilidade e possibilitando uma concorrência do produto no mercado frente aos produtores internacionais.

A ciência agrônômica nas últimas décadas, com um enfoque reducionista, relegou a um plano secundário, o conhecimento dos produtores e homogeneizou as práticas agrícolas e culturas, adaptando os solos, recursos e produtores aos novos insumos e características homogêneas da lavoura. Procurou-se tornar as condições de produção iguais, usando insumos como adubos industriais e maquinaria.

Contudo, segundo Silva 1995, p 44, a adoção de novas tecnologias teve um efeito perverso ao contribuir para a expulsão dos pequenos produtores sem terra para o meio urbano e diminuir as populações dos municípios produtores. Os investimentos necessários para permanecer em um mercado extremamente competitivo foram muito altos para diversas famílias, que sem conhecimento prático de outras culturas acabaram por abandonar o campo, indo para as cidades.

A erosão é outro problema, a natureza acidentada da região, aliada as pequenas propriedades, faz com que com muitas lavouras sejam implantadas em solos com grande inclinação, em áreas que anteriormente abrigavam florestas. Os solos descobertos ficam desprotegidos frente a ação do sol, chuvas e ventos, removendo a parte superficial do solo e seus nutrientes. A maioria dos agricultores não utiliza nenhuma prática para proteger os solos da erosão. Na maioria das áreas cultivadas houve diminuição significativa da matéria orgânica.



Lavoura de cebola sendo implementada em terrenos com inclinação (Fonte: Andrei Stock, 2015).

O uso de agrotóxicos, devido a problemas que incluem manipulação, dose e época de aplicação, entre outros, tem levado a um agravamento e comprometimento da saúde dos produtores, a contaminação das nascentes e dos lençóis freáticos, bem como o desenvolvimento de insetos resistentes a inseticidas.

Estudos realizados pela Epagri ao longo dos últimos cinco anos mostraram um alto índice de contaminação por agrotóxicos nos aplicadores do produto no município de Ituporanga, principal produtor brasileiro de cebola, tal problema se reflete igualmente nos demais municípios produtores.

O desenvolvimento de tecnologias para produção sustentável de cebola em Santa Catarina é foco de um projeto conduzido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Epagri). Durante dois anos, a equipe da Estação Experimental do município de Ituporanga avaliou tecnologias que tornassem mais racional o uso de insumos na cultura, tendo como premissa a pesquisa em propriedades agrícolas. O projeto baseia-se no uso de interações biológicas positivas, plantas fixadoras de nitrogênio e controle de plantas indesejáveis, uso de flores para incrementar a presença de insetos inimigos naturais para controle de pragas, uso de compostagem como uma das maneiras de reciclagem de nutrientes gerando modos de produzir reduzindo o uso de insumos externos a propriedade. O projeto se desenvolve na Estação Experimental de Ituporanga e deverá apresentar em breve seus resultados.



Propriedade com a terra preparada para a plantação de cebola, o terreno apresenta resquícios de vegetação de cobertura anterior, eliminada com uso de herbicidas. (Fonte: Andrei Stock, 2015)

De maneira resumida, a crise ligada à produção de cebola no Alto Vale do Itajaí deve-se aos seguintes fatores: aumento de produção e produtividade com base no incremento do uso de insumos externos; diminuição do preço da cebola; uso excessivo de agrotóxicos, causando danos de saúde e degradação ambientais; degradação do solo. Esta crise também agravou problemas sociais, tais como, o êxodo rural, migração para outras regiões, e as conseqüências econômicas advindas deste processo.

7. Considerações finais.

O propósito deste artigo foi trazer conceitos de espaço e território contextualizando junto ao modelo capitalista liberal da atualidade, trazendo a visão dos autores sobre a questão catarinense e em especial a olericultura no Alto Vale do Itajaí, com os problemas

encontrados no monocultivo da cebola. O artigo buscou levantar os principais problemas da interação entre seres humanos e natureza no território, na ocupação do espaço geográfico

Foi dividido em tópicos abordando o espaço geográfico e seu contexto no modelo capitalista, o território como nova unidade de governança, a questão catarinense e a Olericultura no Alto Vale do Itajaí com foco na cebolicultura e os principais problemas ocasionados na sua produção, dentre estes o uso excessivo de agrotóxicos, causando danos a saúde e degradação ambientais; degradação do solo, contaminação dos mananciais, e também problemas sociais, tais como, o êxodo rural.

Vimos que a Epagri, vem buscando desenvolver formas sustentáveis de produção, contudo, seu trabalho vem sendo feito essencialmente na parte técnica. O “grande trabalho” não pode se resumir a isto, e envolve bem mais do que os agricultores produzirem cebola sustentavelmente, o enfoque deve ser bem mais amplo com a conscientização dos produtores pela mudança de sua ótica visando apenas o lucro para uma visão holística, capaz de compreender as suas interações com o espaço geográfico, o resgate e a manutenção de sua cultura, a diversificação de suas atividades e a capacidade de trabalhar em conjunto com outros agricultores, de forma associativa buscando ganhos em escala.

O grande desafio da humanidade é promover o desenvolvimento sustentável de forma rápida e eficiente. Este é o paradoxo: sabemos que o tempo está se esgotando, mas não agimos para mudar completamente as coisas antes que seja demasiado tarde. Hoje, grande parte da sociedade se posiciona como mero espectador dos fatos, esquecendo-se de que somos todos responsáveis pelo futuro que estamos modelando.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F. et al. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Florianópolis: APED: SECCO, 2010.

BOEING, G. Estudos sobre a economia e mercado de produtos agrícolas catarinenses, Cebola, ICEPA, 85p, Florianópolis, 1995

CORREIA, R. L. Espaço um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. COSTA GOMES, P. C. e R. L. CORREA, Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15 a 30.



CORREIA, R.. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COUDEL E; TONNEAU, J.P. Formação para o desenvolvimento territorial sustentável. In: Vieira, P.F. et al. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Florianópolis: APED: SECCO, 2010.

EPAGRI/Estação Experimental de Ituporanga. Produção orgânica de Cebola, Florianópolis, 2015

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. A natureza do Espaço, Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999

SILVA, E, Grimm, S.S., Lovato, P.E.. A tecnologia e o agravamento da questão social na cebolicultura catarinense. In: Horticultura Brasileira, V. 13, n.1, Brasília - 1995.